

NHUNGUARA: UMA COMUNIDADE RURAL DO VALE DO RIBEIRA

Mary Francisca do Careno

Unesp – Universidade Estadual Paulista – Assis – SP

RESUMO: O Vale do Ribeira, localizado no litoral sul do Estado de São Paulo, apresenta várias comunidades rurais formadas por elementos da raça negra. Uma delas, Nhunguara, compõe-se endogenicamente por uma única família – os Vieira –, representando os diversos bairros do município de Eldorado. Este artigo objetiva apresentar alguns antigos dados históricos sobre o Estado de São Paulo, relativos a esta região, que possam justificar a formação e a existência desses núcleos rurais ainda tão característicos, apesar da grande aproximação com a cidade mais desenvolvida do país.

ABSTRACT: Based on recorded statements and documents researched in libraries and archives, my purpose in this article is to present historic facts which justify the existence of black rural districts in Ribeira Valley. One of these black rural districts, Nhunguara, is entirely composed of only one black family – the Vieira's – with about one hundred and fifty members, which exemplifies the many black communities of Eldorado District – SP.

PALAVRA-CHAVE: Vale do Ribeira, comunidades rurais, escravidão, mineração, litoral de São Paulo.

KEY-WORDS: Ribeira Valley, rural districts, slavery, mining, coast of São Paulo – Brazil.

1. O Vale do Ribeira, localizado no Estado de São Paulo, apresenta hoje comunidades rurais constituídas essencialmente por famílias da raça negra.

A formação desses núcleos deve-se, segundo Petrone (1966, p. 57), à mineração ali existente desde o século XVI. Outros estudos, como os de Boccia-Malerbi (1977, p. 79) e outros dados constantes em relatórios de Província levam à conclusão de que tenham sido formados por negros fugidos ou das fazendas existentes nas redondezas ou de desembarques clandestinos de escravos no vasto litoral da região após a Lei Eusébio de Queirós ou ain-

da de levantes de escravos acontecidos pouco antes da abolição.

Este trabalho¹ objetiva relatar esses e outros fatos históricos, alguns fatores geográficos que poderiam justificar a existência dessas comunidades, es-

1. Este trabalho é uma versão de parte do capítulo ("O Universo dos Informantes") da minha tese de doutoramento, defendida em maio de 1992, na Universidade Estadual Paulista – Unesp de Assis – SP, sob o título "A Linguagem Rural do Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras". Deve-se esclarecer também que esses dados históricos servem como subsídios para a pesquisa, voltada particularmente para a área de Lingüística.

pecificamente do bairro rural de Nhunguara. Torna-se estranho que, em pleno final do século XX, a cerca de cento e cinquenta quilômetros da capital, exista uma região que se apresenta como um bolsão de pobreza dentro do Estado mais desenvolvido do país. Qual a causa do atraso? De onde surgiram essas comunidades negras? Como se formaram? Era desafiante perscrutar as razões de seu atraso e composição, sobretudo se considerarmos que, em tempos não muito remotos, o local foi considerado um dos mais ricos da Nação.

2. Região acidentada, com altas montanhas, diversas cavernas e várzeas sujeitas a inundações, o Vale do Ribeira localiza-se na parte sul do Estado de São Paulo. Com uma área global de 16 522 km², distribuída por dezesseis municípios², incluindo os portos de Iguape e Cananéia, a região, por suas condições naturais e por seus aspectos humanos, tornou-se bem caracterizada e definida dentro do território de São Paulo.

Devido à sua posição de isolamento em que viveu durante longos anos, assemelhou-se, por isso mesmo, a um novo Estado dentro do Estado, conforme afirma Almeida (1955, p. 26) “conservando usos e costumes herdados ainda no Brasil Império, circunscrevendo toda uma vasta extensão territorial”, onde hoje congrega uma população de cerca de 260 000 habitantes.

Historicamente condicionada por fatores limitantes de diversas ordens, sua agricultura, sua pecuária e sua indústria não acompanharam o acelerado desenvolvimento, verificado em outras áreas do Esta-

do. Dentre esses fatores, destacam-se tanto a falta de meios de transporte quanto a própria situação geográfica que condiciona o continuado isolamento de áreas próprias para a atividade produtiva: a dimensão das terras agriculturáveis ainda hoje é bastante reduzida, (cerca de 5% da área total), seja por causa do relevo bastante acidentado, seja pela baixa potencialidade do solo. A situação foi atenuada, em 1966, pela abertura da rodovia BR 116, que serve a algumas de suas áreas. Suas cidades, relativamente pobres e de pequena população, estão ligadas através do rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, que até o início do século eram a única via de acesso a outras regiões do Estado. Por conseguinte, essa situação indefinida e vacilante condicionou a não aplicação de investimentos necessários, de modo que o círculo vicioso do atraso do setor primário se repete monotonamente.

2.1 A comunidade ou bairro Nhunguara, objeto deste artigo, encontra-se no município de Eldorado Paulista (antigamente denominado Xiririca), à margem direita do Rio Ribeira de Iguape. A cidade, assim como toda a região, era bastante conhecida desde o tempo do descobrimento do Brasil, pelas riquezas minerais que acumulava em seu solo, conhecidas mesmo em meados do século XVI, quando já contava com a presença de colonos europeus³.

Segundo pesquisas do MIS (Museu da Imagem e do Som, 1980), supõe-se que, entre os anos de 1502 e 1510, alguns portugueses (entre os quais o quase lendário Bacharel de Cananéia)⁴ e alguns es-

2. Neste trabalho, utilizo a classificação da Fundação IBGE que reúne, sob a denominação de micro-região homogênea, as RGs (Regiões de Governo) de Registro e de Itapeva, que envolvem os dezesseis municípios em questão, ou seja, RG de Registro: as cidades de Barra do Turvo, Cananéia, Eldorado, Iguape, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquerassu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras; da RG Itapeva as cidades que me interessam são Apiaí, Iporanga e Ribeira.

3. Iporanga era outro local também conhecido por suas minas de ouro. Nhunguara, uma das comunidades – tema do trabalho –, localiza-se na divisa entre Iporanga e Eldorado Paulista.

4. Bacharel foi uma figura bastante polêmica na história de Cananéia. Almeida (1955), acredita ter sido o Mestre Cosme Fernandes, “provavelmente degredado de alguma expedição espanhola – que para cá veio a fim de defender as terras de Espanha constantes no Tratado de Tordesilhas”. Há também a hipótese de que ele tenha vindo na segunda missão exploradora portuguesa, enviada por Dom Manoel. Em arquivos europeus, consultados por Francis-

panhóis – degredados ou naufragos – marcaram com sua presença um esboço de povoamento que se estendia desde São Vicente até os sítios das futuras povoações de Iguape e Cananéia.

Quando Martim Afonso de Souza aportou em Cananéia em 12.8.1531, conforme Almeida (1955, p. 31), já encontrou esse pequeno grupo de indivíduos, com alguns naturais do país e, supostamente, já habitavam há cerca de trinta anos neste ponto da costa sul-paulista. Acredita-se que Martim Afonso de Souza interessou-se pelas riquezas da região por diversas informações obtidas na Península Ibérica com expedicionários. Incentivou a organização de Bandeiras e fundou povoados pressupondo, segundo o autor já citado, à página 31, que “se na costa norte, com os franceses, existia a costa do pau-brasil, na costa sul, haveria a costa do ouro e da prata”.

Houve várias notícias sobre o ouro paulista. Segundo Ellis Jr, (1944, p. 271), Heliodoro Eoban investigou ouro entre 1570 e 1584; entre 1579 e 1592, Jerônimo Leitão fez buscas até Paranaguá; em 1588, 1590 e 1591 Cavendish esteve em Santos e havia ouro por lá; desde 1567 Afonso Sardinha e seu filho mameluco do mesmo nome, auxiliados por Clemente Álvares, descobriram e mincraram ouro nas serras de Jaguamimbaba e de Jaraguá, Parnaíba e Sorocaba. Latif (p. 27) lembra ainda que Brás Cubas também explorou ouro na vertente marítima da serra; os padres jesuítas construíram conventos próximos às suas minerações na orla do planalto e no Vale do Ribeira, no lugar onde hoje está a cidade de Registro, onde foi construído um posto fiscal. Além disso, foram criadas casas de fundição em Iguape (em 1630), São Paulo e Paranaguá, onde o ouro particular era derretido e cobrava-se o direito senhorial do quinto percebido pela Coroa.

co A. Varnhagen, consta que no Diário de Navegação de Martim Afonso de Souza, está escrito que o navegador encontrou um bacharel português degredado há trinta anos em Cananéia (*Tribuna da Ribeira* de 13.2.1982, p.5).

Apesar de todas essas informações de descoberta e exploração, Ellis Jr esclarece que não foi tão grande a atividade do paulista na mineração, pois: a) não foi um chamariz de grandes massas demográficas como o foram as minas de ouro no setentismo; b) não houve os grandes fenômenos sociais e econômicos que as Gerais testemunharam no decorrer do século XVIII. O autor esquece-se, contudo, de que em Minas a população brasileira era bem maior e o intercâmbio cultural entre a colônia e a metrópole era bem mais intenso.

Se sabemos que, em 1630, foi fundada em Iguape a primeira casa de fundição de ouro do Brasil, há que se considerar que o Reino de Portugal certamente tinha conhecimento das riquezas da região. Há que se considerar também, neste assunto, a importância do trabalho dos negros na mineração do Vale do Ribeira, embora a origem de sua vinda ao Vale não tenha data precisa. Bastide (1954, p. 23) assinala que a origem do tráfico negro em São Paulo ainda requer estudos aprofundados e, ainda que encontremos o termo “negro” em documentos antigos de missionários, ele apresentava um sentido mais vasto do que hoje lhe damos: designava tanto o “tapuípiranga” ou “gentio da terra” como o “tapanhuano” ou “gentio de Guiné”, ou seja, o termo “negro” era utilizado tanto para os negros africanos como para os índios. Estes eram chamados de “negro”, “gente forra”, “escravos”, pois tratava-se de um meio de iludir a lei que proibia a escravização do ameríndio. Fica difícil, portanto, determinar a data da vinda dos primeiros negros à região paulista.

O número de africanos nos primeiros tempos foi bastante reduzido, visto que a base vicentina era de apresamento de ameríndio. Os paulistas não iriam importar africanos para concorrer com a mercadoria que ofereciam: o índio. Para Ellis Jr (*op.cit.*, p. 383) é possível que esporadicamente um ou outro africano aparecesse. Moura (1988, pp. 221-222, com especial atenção à nota de rodapé), também não preci-

sa a data, assinalando que os boçais “penetraram em São Paulo em fase anterior ao surto cafeeiro e, embora não fosse insignificante o seu número, não pesaram demograficamente – no conjunto da população escrava – de forma absoluta”.

Assim, fica realmente difícil saber, com certeza, a data da entrada dos primeiros negros no Estado de São Paulo. Segundo o pesquisador de Iguape, Roberto Fortes, em reportagem ao jornal *A Tribuna do Ribeira* (12.5.1982, p. 8), “os primeiros negros africanos foram introduzidos no Vale do Ribeira [...] sendo inicialmente empregados na mineração de ouro, que nessa época se intensificava em Iguape”. A região, segundo ele, “foi um dos maiores centros de mercantilização de escravos da América Latina”⁵.

2.2 Foi a exploração do ouro que, no século XVII, principalmente, marcou a situação econômica da região, da qual se beneficiou, sobretudo, o núcleo de Iguape.

As atividades econômicas, no entanto, declinaram a partir do final do século, início do XVIII, quando a descoberta de minas de ouro, nos sertões de Cataguazes (Minas Gerais), determinou o êxodo de numerosos moradores da região da Ribeira com suas famílias e escravos, para aquelas paragens mineiras.

2.3 Segundo relatório (1973) da antiga SUDELPA (Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista), a situação da região até aquela data

5. É lamentável que arquivos importantes para a história do Vale e, conseqüentemente, para a escravidão, tenham sido destruídos. Segundo consta em *A Tribuna do Ribeira* (1982, p. 5), “o arquivo de Cananéia foi simplesmente queimado. O de São Vicente desapareceu na invasão de piratas ingleses em 1580. O da Bahia foi destruído por colonizadores holandeses e o de Lisboa perdeu-se, em 1755, depois de um violento terremoto”. Assim, resta-nos a consulta a documentos esparsos em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Bahia e em acervos particulares. Também e, principalmente, resta o recurso à história oral, aos relatos das pessoas mais velhas dos locais estudados.

pouco mudara, pois “à baixa porcentagem de terras aproveitáveis para a lavoura, soma-se o efeito de uma estrutura fundiária anacrônica, que as mantém inaproveitadas, ou aproveitadas com baixos índices de rendimento. Também o clima, com suas altas temperaturas e elevadas taxas de umidade relativa, representa um obstáculo considerável, pois fornece o habitat ideal para toda sorte de agentes patogênicos e ervas daninhas”.

Essa situação talvez seja a causa de a região ter de uma população rarefeita, mal distribuída, pouco urbanizada e tecnicamente mal equipada para fazer frente a uma economia mais desenvolvida como as de outras regiões do Estado.

3. A comunidade negra de Nhunguara, como já dissemos, encontra-se localizada no município de Eldorado.

Com uma área terrestre de 1 721 km², a cidade pertence à Região Administrativa do Município de Registro e a população total em 1991 era de 13 148 habitantes⁶. Abriga, como todo o Vale, uma população rural maior do que a urbana, sendo 5 790 na área urbanizada e 7 358 habitantes na área rural. Essa situação certamente vai se inverter com a construção das barragens, que o grupo CBA da Votorantim pretende construir ao longo do Rio Ribeira de Iguape. O deslocamento e a desestruturação grupal dos habitantes da região ribeirinha serão terríveis e inevitáveis.

Os problemas de Eldorado Paulista são os mesmos já levantados para toda a região pelos diferentes organismos que fazem estudos referentes a ela, a saber, economia estagnada, precariedade do meio de transporte, população esparsa e isolada, representan-

6. Dados fornecidos pela Sinopse Preliminar do Censo Demográfico/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. vol.6 (1991). Rio de Janeiro, IBGE. População residente em 1991 por situação do domicílio, com indicação da população da sede municipal, área total e densidade demográfica em 1991.

do, segundo Brandão (*apud* QUEIROZ, 1983, p. 38), a mais baixa densidade demográfica do Estado de São Paulo. Segundo a Sinopse/1991, em 1.9.1991, era de 7,64 hab/km². Região predominantemente rural, o seu habitante típico é o “caíçara”. Grande parte da população, pobre e analfabeta, é egressa de zona não-urbana ou descendente de migrantes rurais, sem qualificação profissional. Pouco acesso tem à efetiva escolarização e à língua culta e, conseqüentemente, a mobilidade social é pequena.

Apesar de, segundo o autor, o elemento negro ter uma influência reduzida sobre a exploração da banana – uma das bases econômicas da região – em todo o Vale, destaca-se a presença significativa do descendente africano, nos municípios de Iporanga e Eldorado “o que talvez possa ser atribuído ao trabalho de mineração que antigamente era realizado por escravos. Após a Abolição teriam os escravos e seus descendentes permanecido na área, transformados em roceiros, ocupando as terras desvalorizadas com o término da mineração”⁷.

Eldorado Paulista situa-se à direita do Rio Ribeira, o mais importante rio da região, que nasce no Estado do Paraná, penetra no Estado de São Paulo pelo município de Ribeira, atravessando os municípios de Apiaí e Iporanga, passa por Eldorado na direção oeste-leste e vai até Iguape, no Oceano Atlântico. Há outros rios que dão nome a localidades negras rurais da região: Nhunguara, André Lopes, Cordas, Sapatu, Bananal Grande, Bananal Pequeno, Abobral de Baixo, Abobral de Cima, São Pedro, Pilões e outros.

4. Na época em que toda a região do Vale do Ribeira formava o vasto município de Iguape, o território era dividido em diversas freguesias ou bairros. Iguape exercia grande influência sobre todos eles, especialmente sobre Iporanga e Apiaí, de-

tentoras das minas de ouro mais ricas do Ribeira, juntamente com Xiririca. Na divisa, entre os atuais municípios de Iporanga e Eldorado Paulista, localiza-se o bairro rural ou a comunidade negra de Nhunguara.

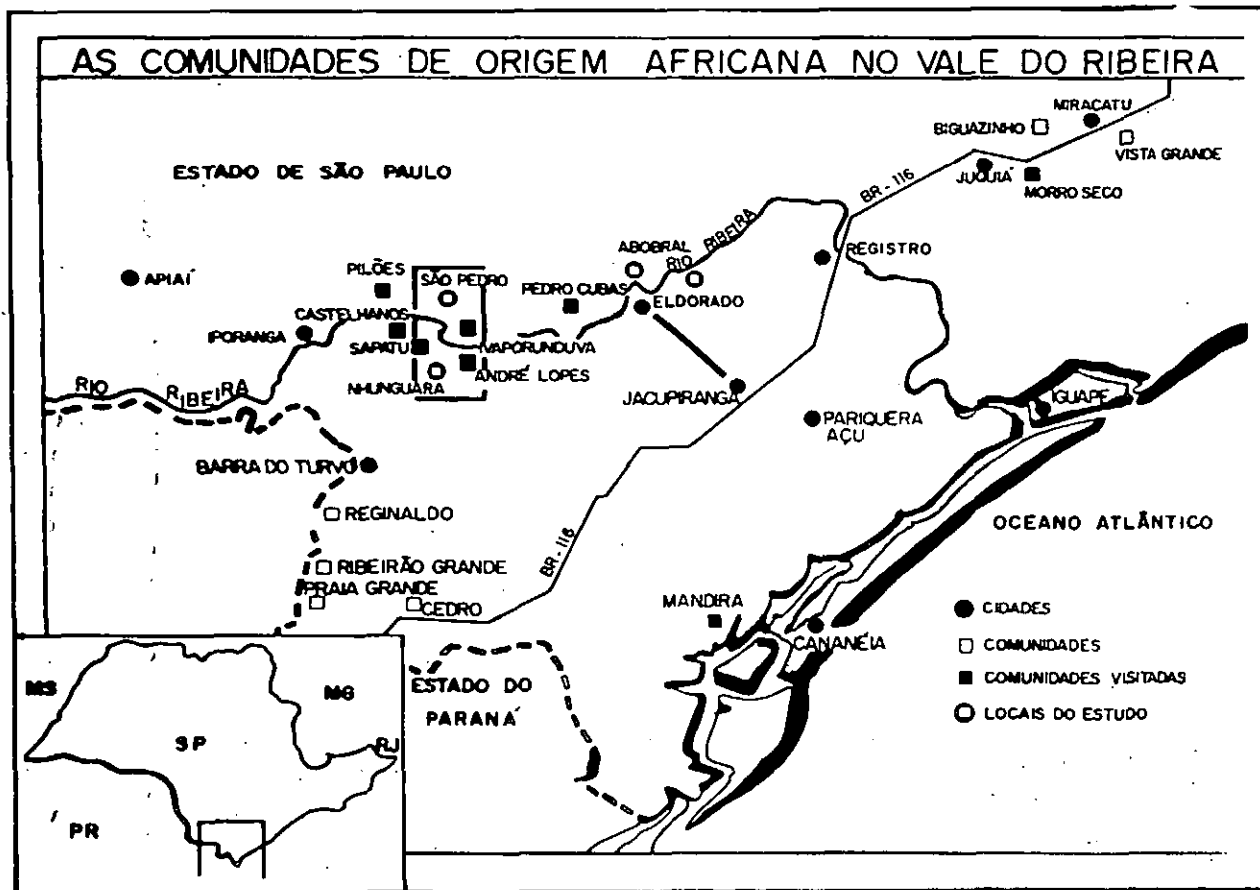
Sua origem é controvertida. Remonta talvez a uma expedição de ouro chefiada por um médico, Sebastião Pereira da Fonseca, que teria fundado a comunidade em 1889⁸. Há fontes históricas que comprovam a existência dessa comunidade rural como sendo realmente um local de extração de ouro. Fortes (1982, p. 6), traz, por exemplo, a informação, conhecida através de documentos pesquisados por ele, de que a partir de 1630, quando foi fundada na Vila de Iguape a Casa de Oficina Real da Fundição do Ouro, todo o metal encontrado sobretudo nas localidades de Iporanga, Xiririca e Itatins era transformado em barras: Almeida (*op. cit.*, p. 33) refere-se a um documento publicado pelo pesquisador Young no qual há uma petição de Domingo Roiz Cunha, de 1655, que faz referências às minas de Ivaporunduva, Iporanga, Apiaí e Sorocaba. As localidades assinaladas ficam muito próximas de Nhunguara e, como antigamente a delimitação das terras não era a mesma que hoje encontramos, não se descarta a hipótese de que havia mina aurífera no local.

Em suma, o nome de Nhunguara está sempre ligado às questões da extração de ouro na época áurea da região. Para justificar a presença de tantos negros no bairro, podemos recorrer à seguinte notação encontrada em Krug (1912, p. 290): “os lavradores que viverão aqui para tirar ouro matarão uns aos outros e por isso os brancos desapareceram e só os pretos se conservarão até hoje no ribeirão guaporunduva, Anhanguera [sic], etc.”

Essa comunidade rural é banhada pelo Ribeirão de Nhunguara que, segundo Almeida (*op. cit.*, p. 11), todos escrevem Nhanguera ou Anhanguera.

7. Queiroz, *op. cit.*, pp. 38-39.

8. Folha de São Paulo, 1986, p. 25.



Para o Pe. Mendonça, Anhangara significa talvez “o pavor que concebiam dos estrondos freqüentes das exalações dos montes e lugares próximos que se ouvem do Nhanguára. Esse ribeirão serve de divisa entre os municípios de Iporanga e Xiririca”⁹.

Nhunguara é uma das comunidades mais organizadas e ativas do Vale. As cerca de quarenta e cinco famílias que ali residem plantam arroz, feijão, milho e banana somente para o consumo. Criam por-

9. O Pe. Mendonça foi quem organizou os primeiros documentos, referentes ao Livro de Tombo de Xiririca. Este é um antigo livro da igreja, onde se lançavam os mais importantes acontecimentos do lugar e outros assuntos de interesse geral.

cos, galinhas e patos. A religião católica está presente nos cultos dominicais e nas missas realizadas mensalmente.

A ligação entre uma habitação e outra é feita, como nas demais comunidades que visitei, através de trilhas precárias, sinuosas e mal conservadas. Há esse isolamento dentro da união que impera entre os habitantes, pois algumas casas distanciam-se bastante das demais, mas seus habitantes comparecem aos cultos religiosos e às discussões de grupo de interesse para todos. Ademais, pertencem a uma única família – os Vieira – e, com esse parentesco, sentem-se incluídos no conjunto do bairro.

Essa característica de parentesco, predominante nas comunidades negras visitadas, inclui-se na generalidade dos traços levantados por Antonio Candido Mello e Souza para o que ele chamou de unidades de povoamento e de seus componentes (1975, especialmente os capítulos 3 e 4). Outras características citadas por ele são, além do isolamento, a posse e a disponibilidade de terras, o trabalho doméstico, o auxílio vicinal e a ampla margem de lazer. Acrescentaríamos a isso, a relação de parentesco acima citada, com uma endogamia acentuada, o que faz com que os habitantes de toda a região que se estende de Eldorado até Iporanga formem uma grande família, já que, em depoimentos gravados, os entrevistados possuem parentes nos diversos bairros espalhados pelo Vale, formando uma rede de laços de sangue tão ampla, que se torna difícil encontrar a descendência e ascendência de toda a família Vieira. Seria a exploração das minas de ouro da região ou poderia ser a fuga de escravos chegados nos navios, atracados nos portos de Iguape e de Cananéia que contribuíram para a formação dos núcleos da região? Ou eles seriam remanescentes de quilombos, formados de escravos fugidos dos navios atracados clandestinamente no imenso litoral sul-paulista após 1850?

5. Retomando algumas considerações feitas no início da pesquisa, cremos que é preciso resgatar ainda antigos documentos do Vale, espalhados em pelo menos quatro cidades do Estado de São Paulo, ou seja, Iporanga, Apiaí, Itapeva, São Paulo (Arquivo Histórico do Estado – seção de história, principalmente) e os documentos referentes à escravidão no Vale do Ribeira que se encontram nesses locais e na Cúria Diocesana em Registro. As informações que conseguimos e que podem, à primeira vista, confirmar a hipótese de formação desses núcleos rurais negros na região são três:

- a) documentos antigos sobre lavras de ouro na região;
- b) documentos antigos que se encontram no Arquivo do Estado e denunciam ou deixam supor as fugas em massa de escravos para a região e;
- c) o relato dos próprios moradores, quando dizem não saber sobre a formação dos bairros rurais negros e quando relatam, insistentemente, do medo que os pais tinham em deixar as crianças brincarem livres.

Segundo um documento datado de 29.4.1793, constante no Arquivo do Estado, sob o número de ordem 347, Romam de França descobriu uma lavra em um córrego vizinho, em *Nhungóara* [o grifo é nosso].

Em outro documento de 2 de junho de 1798 (ou 1791?), sob a mesma ordem enviado pelo mestre de Campo José(T)omas(I)ecemos, solicita-se auxílio ao Guarda-mor Antonio Bueno da Silveira “p.efeito de descobrim hum correjo, vila y riacho incognito nos matos du Anhaunguara”.

Em outro conjunto de documentação antiga, existe um grande número de telegramas de delegados de polícia e de presidentes de província, denunciando, em 1886 e 1887, primeiramente, os tumultos de escravos fugidos e que, após saques nas cidades vizinhas, debandavam para as matas da região de Santos. Há a seguinte circular, datada de 22.10.1887, procedente do Rio de Janeiro para o Presidente da Província de São Paulo.

Não há novidades; os escravos que se haviam sublevado em São Paulo em número de sessenta debandaram, em pequenos grupos, internando-se nas matas da Serra do Cubatão Força publica os persegue para aprisionalos tranquilidade na provincia.

E encontramos um outro telegrama, datado de 20.10.1887, do Estado de Cubatão, do Coronel Canto e Mello ao Exmo. Snr. Visconde do Parnahyba.

Negros hoje desperceos no alto da Serra, volta Cubatão impedir que se apresentem em Santos como pretendem em pequenas fracções.

Sob o número de ordem 5577, no mesmo Arquivo do Estado, há notícias sobre desembarque de escravos boçais em diversas localidades paulistas, particularmente no litoral. No doc. nº 47, há um documento que denuncia desembarque clandestino em Santo Antonio de Juquiá; no doc. nº 4 há notícias de um possível desembarque clandestino nas redondezas de Xiririca.

Sob o número de ordem 4453, há uma carta (reservada) de Itu, em 22.1.1853, do Sr. João Guilherme Aguiar Whitaker, comunicando ao Sr. Jozino do Nascimento de São Paulo, o “desembarque em grande escalla nas imediações da Villa d’Iguape e que os africanos desembarcadas [...] achão-se actualmente acculttos nas matas situadas entre Juquiá, que desagoa na Ribeira de Iguape, e a Villa de Itapetininga e Una”.

Por essas notícias, não podemos descartar a possibilidade de que as comunidades negras do Vale,

entre elas São Pedro e Nhunguara, tenham sido formadas inicialmente por escravos fugidos. Os escravos teriam fugido não só dos navios negreiros, que atracavam nos portos de Iguape e Cananéia, mas também das fazendas e sítios de localidades vizinhas. É possível também que tenham feito parte de grupos de escravos, chegados clandestinamente após a Lei Eusébio de Queirós, de 14.10.1850. Esta, retomando a lei de 1831, que declarava extinto o tráfico, estipulou penas severas aos infratores¹⁰.

No âmbito geral, esperamos que o trabalho sirva se não para uma fonte de consulta, pelos menos para dar a conhecer uma região do Estado, esquecida e pobre e também fazer conhecer o mundo, o universo dos habitantes. Com isso esperamos aproximar-nos com bases mais consistentes da veracidade ou não de nossas hipóteses e, quiçá, oferecer um texto que, citando a poetiza negra Geni Guimarães, possa ser útil àqueles que no afeto singular do acontecimento tão bem agasalharam a timidez e o medo de minha nação interna.

10. Ver Boccia / Malerbi (1977) e Canabrava (1950).

Bibliografia

- ALMEIDA, Antonio Paulino de. “Memória Histórica de Xiririca (Eldorado Paulista)”. In: *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*. vol. 14, 1955.
- BASTIDE, Roger. “O Negro em São Paulo”. In: Instituto Histórico e Geográfico (org.). *São Paulo em Quatro Séculos*. São Paulo, 2:23-40, 1954.
- BOCCIA, Ana M. M. e MALERBI, Encida M. “O Contrabando de escravos para São Paulo”. *Revista de História*. nº 112, ano XXVIII:321-379, out.-dez., 1977.
- CANABRAVA, A. P. “Um Desembarque Clandestino de Escravos em Cananéia”. *Revista de História*. 4 (1): 559-562, out.-dez.1950.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 3.ed. São Paulo, Duas Cidades, 1975.
- ELLIS JR., Alfredo. *Capítulos da História Social de São Paulo*. São Paulo, Nacional, 1944.
- _____. “O Ciclo do Muar”. *Revista de História*. 1(1):73-81, jan.-mar., 1950.
- FORTES, Roberto. “História do Vale”. *A Tribuna do Ribeira*. Registro-SP, 10 nov.1982, p. 6.
- FORTES, José Rubens de Oliveira e FORTES, Roberto M. *Cem Anos de Abolição: estudo histórico sobre a escravidão no Vale do Ribeira*. 1988. (apostila datilografada).
- KRUG, Dr. Edmundo. “Xiririca, Ivaporundyba e Yporanga”. *Revis-*

- ta do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. XVII, 259-291, 1912.
- LATIF, Miranda de Barros. *Minas Gerais: a aventura portuguesa, a obra paulista, a capitania e a província*. Belo Horizonte, Livraria Cultura Brasileira, (s/d).
- MIS (Museu da Imagem e do Som). Vale do Ribeira. *Cadernos do MIS-1*. São Paulo, 1980.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. 4.ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- PETRONE, Pasquale. *A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana*. São Paulo, FFCL/USP, Boletim n° 14, 1966.
- QUEIROZ, Renato da Silva. *Caipiras Negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. São Paulo, FFLCH/USP, 1983.
- SINOPSE Preliminar do Censo Demográfico – 1991. *Recenseamento Geral do Brasil*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. nº19. São Paulo-Rio de Janeiro, v. 6, 1991.
- SUDELPA (Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista). *Caracterização Físico-econômico-social*. São Paulo, 1973.
- SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo-1988*. São Paulo, 1989.
- Jornal A Tribuna do Ribeira*. Registro-SP
- Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo-SP.
- Jornal O Estado de São Paulo/SP* 19.2.1989.
- Documentos Históricos do Arquivo do Estado de São Paulo.